

A União

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Ano LIV — N.º 100

João Pessoa — Paraíba

Domingo, 5 de maio de 1946

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. ODON BEZERRA CAVALCANTI EDUCANDÁRIO "EUNICE WEAVER"

OFÍCIOS TROCADOS ENTRE O INTERVENTOR ODON BEZERRA E A SRA. REGINA CARNEIRO, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA FEDERAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS LAZAROS E DEFESA CONTRA A LEpra

A propósito do ato que pôs sob o controle do Estado o Educandário "Eunice Weaver", e que visou salvaguardar a moralidade administrativa naquêlê estabelecimento de menores, foram trocados entre o Interventor Odon Bezerra e a sra. Regina Carneiro, Presidente em exercício da Federação de Assistência aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra, os ofícios que vão transcritos abaixo:

"Ofício n.º 92 — João Pessoa, 30 de abril de 1946. — Exma. sra. d. Regina Carneiro: — Na oportunidade em que V. Excia. se encontra nesta capital, atendendo gentilmente o convite que lhe dirigi para vir à Paraíba, tenho a honra de, ao apresentá-lhe meus atenciosos cumprimentos de boas-vindas, agradecer-lhe a inestimável cooperação prestada ao Governo do Estado por essa Federação, em indispensável harmonia de vistas para a salvaguarda de um imperativo de ordem pública.

Não foi sob outra inspiração, além de atender aos deveres constitucionais que atribuem ao Estado a missão de assegurar a formação moral da juventude, que, como V. Excia. já suficientemente conhece, por decreto n.º 724, de 10-4-1946, determinei a intervenção no Educandário "Eunice Weaver", estabelecimento subordinado à Sociedade local de Defesa Contra a Lepra.

Com a presença de V. Excia. aqui, afim de pessoalmente fixar a nova estruturação da entidade responsável pelo mencionado educandário, torna-se dispensável a participação direta do Estado para atingir o objetivo a que se propôs com a medida intervencionista, plenamente justificada em face das conclusões do inquérito administrativo de que V. Excia. já tem conhecimento.

Assim é que, prevalecendo-me desse ensejo e confiante na patriótica ação desenvolvida por V. Excia.

em frente da F. A. L. D. C. L., cumpro com satisfação o dever de entregar-lhe o Educandário "Eunice Weaver", certo de que, assim fazendo, ratifico não só a boa fé e a isenção de animo da atitude que assumi, como por outro lado deixo a orientação educacional dos menores ali recolhidos a quem possui as credenciais precisas para levar à cabo uma tarefa de tal magnitude.

Aproveito a ocasião para renovar a V. Excia. os protestos do meu respeitoso apreço e distinta consideração. (As.) Odon Bezerra Cavalcanti, Interventor Federal".

"João Pessoa, 2 de Maio de 1946. — Exmo. sr. Interventor Odon Bezerra Cavalcanti: — Acuso recebido o ofício n.º 92, de 30 de abril p. passado dessa Interventoria, pelo qual V. Excia. põe a minha disposição o Educandário "Eunice Weaver" que, em tão boa hora passou a ser administrado sob regime de intervenção direta do Estado. Agradeço penhorada o gesto fidalgo de V. Excia. Fazendo cessar aquele ato tão cedo pisava eu o solo paraibano.

Infelizmente, porém, não me foi possível ultimar os entendimentos havidos com D. Iracema Freire. Sobral uma vez que a referida senhorita recusou todas as minhas propostas de solução pacífica e amigável para o ruidoso caso do Preventório.

Assim sendo, volto ao Rio de Janeiro e, enquanto aguardamos a solução do assunto, venho confiar á generosidade do seu Governo a guarda e manutenção do Preventório "Eunice Weaver", deste Estado.

Fica, pois, Exmo. Sr. Interventor, inteiramente confiado a V. Excia. o aludido estabelecimento e enorme será a nossa gratidão por um tão relevante serviço prestado pelo seu Governo á Federação.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Excia. os meus protestos de alta estima e distinta consideração. — (As.) Regina Carneiro, Presidente em exercício da F. S. A. L. D. C. L."

A Diretoria do Departamento de Publicidade torna publico que, achando-se completos os quadros da Divisão de Imprensa Oficial, não ha margem, no momento, para a admissão de extra-numerários na mesma Divisão

EDIÇÃO DE HOJE: — 8 PAGINAS

EXPEDIENTE

A materia constante do expediente do Governo, das Secretarias de Estado e das Repartições publicas devera ser endereçada á redacção da A UNIAO.

Os avisos e editais, balançetes dos bancos e os anuncios constituem materia a ser entregue á Gerencia, para o respectivo contrato de publicidade.

As repartições publicas deverao remeter o expediente até ás 17,30 e, aos sábados, até ás 14 horas.

Os originais deverao ser autenticados. As rasuras e emendas deverao vir, sempre, ressaltadas por quem de direito. Os originais devem ser datilografados, evitando-se escrever no verso.

A materia paga terá seu recebimento das 11,30 ás 17,30, e aos sábados, das 8 ás 12 horas.

As reclamações, consta-

A UNIAO

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

Redacção e Oficinas:
Rua Duque de Caxias S/N.

Diretor Geral — JOSÉ DE CERQUEIRA ROCHA

DIVISAO DE IMPRENSA OFICIAL

Secretário — WILSON MADRUGA
Gerente — MARDOKEO NACRE

O único cobrador autorizado deste jornal, no interior do Estado, é o sr. Silvano Rocha.

Tabela de assinaturas e publicidade
ASSINATURAS PUBLICIDADE

	Cr\$.		Cr\$.
Ano	60,00	1 pagina, por vez .	400,00
Semestre	40,00	1/2 pagina, por vez .	200,00
Numero avulso . . .	0,20	1/4 de pagina, por vez	100,00
Numero atrasado . .	0,40	Centimetro de columna	4,00
A assinatura para os funcionarios publicos terá o abatimento de 40%.		Editais, por centimetro de columna	2,40

tada a existência de erros ou omissões pertinentes á materia divulgada, deverao ser formuladas á Redacção da UNIAO, das 14 ás 17,30 e, aos sábados, das 8 ás 12 horas.

As assinaturas podem ser tomadas em qualquer época do ano, por semestre ou ano, terminando no ultimo dia do mês em que vencerem.

As repartições publicas se cingirão ás assinaturas anuais, renovadas pelo órgão competente, até 31 de dezembro.

Os cheques ou vales postais deverao ser emitidos em favor do Tesoureiro da A UNIAO.

Para quaisquer informações sobre materia de serviço, poderá ser utilizado o seguinte telefone:

Diretoria — 1211

Endereço telegrafico IMPRENSOF.

ATOS DO INTERVENTOR FEDERAL

(*) DECRETO N.º 733, de 3 de maio de 1946

Transfere dotações orçamentárias na Secretaria do Interior e Segurança Publica, na importancia de Cr\$ 20.000,00.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ETADO DA PARAGUAY, usando da atribuição que lhe confere o artigo 27, § 2.º, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida na Secretaria do Interior e Segurança Publica — DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE — Divisão de Imprensa Oficial — entre dotações orçamentárias, constantes do decreto-lei 760, de 29 de novembro de 1945, a importancia de Cr\$ 20.000,00, na forma seguinte:

TITULO 2 — Secretaria do Interior e Segurança Publica Cr\$

Verba 10.50 — IMPRENSA OFICIAL
De 8604 — Despesas Diversas
42 — Cont. e encargos diversos 20.000,00
Para 8604 — Despesas Diversas
41 — Consertos e cons. em geral 20.000,00
Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 3 de maio de 1946; 58.º da Proclamação da Republica.

ODON BEZERRA CAVALCANTI
Horácio de Almeida
José Mousinho

(*) Reproduzido por haver sido publicado com o n.º 732.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 30 DE ABRIL:

Decretos:

O INTERVENTOR FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, inciso III, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear Otoniel Fernandes de Oliveira, para exercer o car-

go de escrivão do distrito de Mataraca, municipio de Mamanguape, que se acha vago.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, inciso III, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve exonerar a pedido, Otoniel Fernandes de Oliveira, do car-

go de Escrivão da Delegacia de Policia do municipio de Caiçara.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 4 DE MAIO.

Petições:

N.º 4705, de Adalgisa Duarte da Cunha. — Deferido.

N.º 5525, de Basilio Araújo. — Deferido, á vista dos pareceres.

Decretos:

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso III, art. 7.º, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear de acôrdo com o item IV, art. 15, do decreto-lei 202, de 28 de outubro de 1941, João Maximiano Pereira para exercer, interinamente, o cargo da classe B, da carreira de Fiscal de Transito, do Quadro Unico do Estado, lotado no Departamento da Policia Civil.

O INTERVENTOR FEDE-

RAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso III, art. 7.º, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear de acôrdo com o item IV, art. 15, do decreto-lei 202, de 28 de outubro de 1941, Antonio Frazão de Mendonça para exercer, interinamente, o cargo da classe B, da carreira de Fiscal de Transito, do Quadro Unico do Estado, lotado no Departamento da Policia Civil.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso III, art. 7.º, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear de acôrdo com o item IV, art. 15, do decreto-lei 202, de 28 de outubro de 1941, José Felinto da Silva para exercer, interinamente, o cargo da classe B, da carreira de Guarda Civil, do Quadro Unico do Estado, lotado no Departamento da Policia Civil.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPEDIENTE DO DIRETOR GERAL DO DIA 4:

Processo n.º 853/46 — D.S.P. — João Ramalho Leite, ex-continuo do então Tesouro do Estado, requerendo readmissão.

Alega o interessado atualmente extranumerário contratado com exercicio no Manicômio Judiciário que exerceu o cargo de continuo no periodo de 1024 a 1929, quando foi demitido mediante "ato de livre ar-

bitrio do então Inspetor do Tesouro”.

Informando a respeito, o Departamento da Fazenda esclarece que o petiçãoário foi demitido por insubordinação grave apurada em processo administrativo regular, e que a readmissão pleiteada não interessa ao serviço.

Ao D.S.P. cumpre juntar que, diante do parecer do Departamento da Fazenda e, ainda, tendo em vista que não há vaga na carreira de continuo, o processo deve ser arquivado.

Em tais condições submetto á consideração do Senhor Interventor Federal o processo em apreço.

D.S.P., em 2 de maio de 1946.

Otávio Costa
Diretor Geral
Aprovo.

Em 4.5.46.

as.) Odon Bezerra Cavalcanti.

Processo n.º 899/46 — O Departamento da Polícia Civil propondo a nomeação de José Felinto da Silva para exercer o cargo de guarda civil e de Antonio Frazão de Mendonça e João Maximiano Pereira para cargos da classe B, da carreira de Fiscal de Transito.

* * *

O D.S.P. submete á consideração do Senhor Interventor Federal o processo incluso acompanhado do expediente consubstancian-

do a proposta do D.P.C. D.S.P., em 13 de abril de 1946.

a) Otávio Costa
Diretor Geral
Aprovo.

Em 4.4.1946.

a) Odon Bezerra Cavalcanti.

DIVISÃO DE PESSOAL

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 4:

Petições:

De Maria do Carmo de Oliveira Fialho, Professor classe B, requerendo licença para tratamento de saúde — Submete-se á inspeção médica no Centro de Saúde desta capital.

De Ana Maria da Silva, Continuo, padrão A, requerendo no mesmo sentido. — Igual despacho.

De Sabanas Garcia de Araujo, extranumerário contratado, requerendo no mesmo sentido. — Igual despacho.

De Manuel Pereira Lima, extranumerário diarista, requerendo no mesmo sentido. — Igual despacho.

De João Gualberto de Brito, extranumerário diarista, requerendo prorrogação de licença — Igual despacho.

De Anísio José de Oliveira, extranumerário diarista, com regalias de funcionário, requerendo no mesmo sentido — Igual despacho.

cargo de 1.º suplente de sub-delegado de polícia do distrito de Ledo, município de Cabaceiras.

O Chefe de Polícia do Estado, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 7.º, do decreto-lei n.º 478, de 1.º de outubro do ano de 1943, resolve exonerar o cabo da Força Policial do Estado, Antonio Fernandes do Amaral do cargo de 1.º suplente de sub-delegado de polícia do distrito de Pilõeszinho, município de Guarabira.

DELEGACIA DE TRANSITO E VIGILANCIA

EXPEDIENTE DO DELEGADO DO DIA 4:

I — Despacho de Petições: — N.º 4350, de Antonio Inácio da Silva: como requer;

4351, de Maria Honória da Silva: idem, idem;

4348, de João Jardelino Costa: deferido; 4338, de Severino Alexandre Barbosa: idem, idem;

4374, de Antonio Macêdo: como pede. Substituam-se as placas 45/Pb/A por outras de categoria particular; 4393, de Walfredo Guedes Pereira: como requer;

4394, de Antonio Di Lorenzo: submeta-se a exame amanhã, às 10 horas;

3554, de Antonio Ferreira Lopes: submeta-se a exame no próximo dia 8, às 16 horas; 4369, de Antonio Barbosa de Medeiros: deferido;

4366, de Dourival Barbosa de Azevedo: como pede; 4370, de Walter de Andrade Viana: deferido; 4372, de José Felizardo da Silva: como pede;

4368, de Orlando Pereira de Araujo: igual despacho;

4367, de José Oliveira da Silva: idem, idem;

4365, de Rivaldo Alves Farias: idem, idem; 4364, de José Augusto da Silva: idem, idem;

4371, de Otacilio Caetano da Silva: deferido;

4363, de Colombo Barrêto: como requer;

4362, de Joséfa Araujo de Assis: igual despacho;

4361, de Lourival Querino Ferreira: idem, idem;

4390, de Pedro Barbosa de Souza: deferido;

4389, do mesmo: igual despacho;

4388, dos srs. Melo Pedrosa & Cia. — idem, idem;

4387, de José Gomes de Araujo: idem, idem;

4386, de João Rodrigues Almeida: idem, idem;

4392, de José Dias de Souza: idem, idem;

4385, de Cristino Ferreira: idem, idem;

4384, de Agrício Dias da Silva: idem, idem;

4383, de Waldemar Pereira dos Santos: idem, idem;

4382, de Euclides Miguel de Aguiar: idem, idem;

4381, de Severino Ferreira da Silva: idem, idem;

4380, de José Barbosa e Silva: idem, idem;

4379, de Manuel Francisco da Silva: idem, idem;

4378, de Heraclito Anselmo de Moraes: idem, idem;

4377, de José de França Marinho: idem, idem; 4376, de Antonio Francisco Xavier: idem, idem;

4375, de Justo Bernardo da Silva: idem, idem;

4403, de Fosferti Ltd. — como requer;

4315, de José Aurino Siqueira: deferido;

4405, de Horácio Sebastião: igual despacho;

4407, de Frederico Halley Rufilo de Oliveira: submeta-se a exame de regulação hoje, às 10 horas.

II — Resultado de exame de Motorista:

Hoje, habilitou-se por esta Delegacia como motorista amador, o sr. Frederico Halley Rufilo de Oliveira. Reprovado — 1.

INSTITUTO MÉDICO LEGAL

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 3:

Processados de Cancelamentos de Notas:

Devidamente providenciados, foram remetidos á Chefia de Polícia os processados de cancelamento de notas pertencentes a Epitácio Inácio da Silva e João Alves de Almeida.

Exame Pericial:

Pelo dr. Ruy Bahia da Cunha, foi submetido a exame pericial no Hospital de Pronto Socorro, o paciente José Alves da Silva, residente á rua Joaquim Hardman n.º 305, vítima de ferimen-

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL

EXPEDIENTE DO CHEFE DE POLICIA DO DIA 3:

Portarias:

O Chefe de Polícia do Estado, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 7.º, do decreto-lei n.º 478, de 1.º de outubro do ano de 1943, resolve exonerar o cabo da Força Policial do Estado, José Bezerra de Moraes do cargo de 1.º suplente de sub-delegado de polícia do distrito de Ledo, município de Cabaceiras, visto o mesmo não ter assumido as referidas funções dentro do prazo legal.

O Chefe de Polícia do

Estado, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 7.º, do decreto-lei n.º 478 de 1.º de outubro do ano de 1943, resolve nomear José Fernandes do Amaral para exercer o cargo de 1.º suplente de sub-delegado de polícia do distrito de Pilõeszinho, município de Guarabira.

O Chefe de Polícia do Estado, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 7.º, do decreto-lei n.º 478 de 1.º de outubro do ano de 1943, resolve nomear o cabo da Força Policial do Estado, José Bezerra de Moraes para exercer o

tos graves, em consequência de um abaloamento verificado há dias na rua das Trincheiras de um caminhão com o bonde, cujo pericial foi solicitado pela Delegacia de Trânsito e Vigilância.

Identificados no Registro Geral:

Apresentados pelas autoridades policiais da Capital, acham-se identificados criminalmente no Registro Geral os indivíduos José Carlos de Queiroz, Bernardino de Souza Monteiro, Antonio Gomes Duarte, Pedro Feitosa, Flórida Pereira de Oliveira Sobrinho, vulgo "Grin-

fo", João Francisco Conegundes e Antonio Martins de Araujo.

Comunicação:

Em parte diária sob n.º 114 o sr. Capitão Irineu Rangel de Farias, Diretor da Casa de Detenção, cientificou ao Diretor do Instituto Médico Legal que seguiu devidamente escoltado com destino à Comarca de Teixeira, à disposição do sr. dr. Juiz de Direito da mencionada Comarca, o réu Raimundo Pereira. Acrescentou ainda ficarem permanecendo ali recolhidos 386 presidiários em cumprimento de pena.

SECRETARIA DAS FINANÇAS

EXPEDIENTE DO SECRETARIO DO DIA 4:

Petições:

N.º 4974, de Joaquim de Paula Simões. — Indeferido.

RECEBEDORIA DE JOÃO PESSOA

EXPEDIENTE DO DIA 3:

Petições:

De Heraldo de Vasconcelos — Deferido, devendo o imposto ser cobrado de acordo com o parecer. A' S.P.A.

De Maria Henrique Gama. — Igual despacho.

De Zilda Cabral dos Santos. — Deferido. A' S.P.A.

EXPEDIENTE DO DIA 4:

Petição:

De Tórres & Cia. — Deferido, à vista da informação.

Pauta dos principais gêneros de produção e manufatura do Estado, sujeitos ao imposto de exportação.

Semana de 6 a 12 de maio de 1946.

Mercadorias — Unidade — Valor

Mercadorias	Unidade	Valor
Aguardente, litro	Cr\$	2,50
Alcool, litro		2,40
Algodão, Sertão e Seridó, quilo		5,00
Algodão Mata, quilo		5,00
Algodão em caroço Sertão Seridó, quilo		2,00
Algodão em caroço Mata, quilo		1,50
Algodão Inter's, quilo		1,00
Algodão residuo ou plôlho, quilo		0,60
Açúcar refinado de 1.ª, quilo		2,20
Açúcar refinado de 2.ª, quilo		1,70
Açúcar triturado, quilo		2,00
Açúcar cristal, quilo		1,80
Açúcar bruto seco ou 3.º, quilo		1,40

N.º 5917, de Aristóteles Cavalcante Meira. — De

acôrdo com o parecer, indeferido.

N.º 5036, de Evandro Maciel Monteiro. — Deferido.

Açúcar melado, quilo	1,20
Açúcar de outras espécies, quilo	1,20
Batatas nacionais, quilo	1,00
Bacon ou residuo de acarve, quilo	0,40
Maizal ou residuo de adacaxil, quilo	2,00
Maizal ou residuo de camoa, quilo	0,40
Bôco, cento	40,00
Bouros de bol. secos salgados, quilo	5,00
Bouros de bol. secos espiçados, quilo	6,00
Bouros de bol. flor de sal, quilo	4,00
Bouros de bol verdes, quilo	2,00
Bouros de bóde, quilo	10,00
Bouros de carneiro, quilo	11,00
Farinha de mandioca, quilo	0,50
Feijão mulatinho, litro	1,50
Feijão macassar, litro	0,60
Fava, litro	0,80
Libra de agave, quilo	4,80
Libra de abacaxi, quilo	4,50
Libra de caracá, quilo	1,10
Milho, litro	0,60
Leão refinado de semente de algodão, litro	3,00
Leão cru de semente de algodão, litro	1,50
Leão de semente de mamona, litro	1,40
Leão de oiticica, litro	5,00
Leão de farelo de semente de algodão, quilo	0,20
Leão de sóla polida, quilo	6,00
Leão de sóla envernizada, quilo	10,00
Semente de algodão, quilo	0,45
Semente de mamona, quilo	0,65
Semente de oiticica, quilo	3,00
Fecidos de algodão, quilo	9,00
Fachos ou quadras de raspas de sóla, quilo	3,00
Vaquetas ou couros preparados, quilo	16,00

Os demais produtos constam da pauta geral.

Sec. de Preparo da Arr. da Recebedoria de João

Pessoa, em 4 de maio de 1946.

M. J. E. Nóbrega, escriturário classe C.

Visto: J. Santos Coêlho Filho Diretor.

Aprovo: J. Florentino Junior Diretor Geral do D. F.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO

Cooperativa dos Servidores Públicos de João Pessoa

Aproximando-se o dia da constituição da Cooperativa dos Servidores Públicos de João Pessoa, cuja assembleia deverá realizar-se no dia 30 do corrente mês, às 15 horas, em uma das salas do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, sito à Praça Aristides Lobo, o dr. Edgardo Soares, diretor do D. A. C. solicita, por nosso intermédio, a devolução de todas as listas de adesões enviadas a diversas repartições federais, estaduais e municipais.

30 de Maio constituirá evidentemente uma grande data, bastante significativa para as classes dos Servidores Públicos, porque nesse dia serão dados os primeiros passos da fundação

de uma sociedade, a legítima defensora dos interesses econômicos e sociais de uma classe que, na hora presente, demanda amparo, como a mais prejudicada pela inflação, ou seja pela alta das mercadorias de imediata necessidade.

A nobilitante iniciativa traduzirá não só o sentimento de educação e civismo de uma coletividade, mas, ao mesmo tempo, levantará o estandarte da Cooperação, que tremulará bem alto, aos olhos dos incautos e descrentes, assinalando a taboia de salvação da humanidade, e dando os belos exemplos de ajuda mutua, como fizeram os célebres tecelões ingleses, nos momentos mais difíceis de sua vida.

MONTEPIO DO ESTADO DA PARAIBA

BOLETIM DE RECEITA E DESPESA DA TESOUREARIA DO DIA 27 DE ABRIL DE 1946

RECEITA:

Receita Ordinária:		
Taxa de Expediente	2,00	2,00
Receita Patrimonial:		
Juros de Empréstimos Rápidos	535,80	537,80
Receita Extraorçamentária:		
Tesouro do Estado c/Movimento	122.823,70	
Empréstimos a Longo Prazo	1.340,00	
	124.163,70	124.163,70
Soma da Receita do Dia		124.701,50
Saldo do Dia 26		73.334,30
		198.036,30
Saldo nos Bancos		179.764,80
TOTAL		Cr\$ 377.801,10

DESPESA:

Despesas Administrativas:		
BENEFÍCIOS:		
Pensões por Morte	300,00	300,00
Despesa Extraorçamentária:		
Empréstimos Rápidos	53.580,00	
Empréstimos a Longo Prazo	7.857,00	
Empréstimos Hipotecários	21.274,80	
Casas em Construção	12.227,89	
Venda de Casas a Prazo	844,40	

DIÁRIO DOS MUNICIPIOS

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

EXPEDIENTE DO DIA 4 DE
MAIO DE 1946:

Petições:

Nº 2478 de Domingos Matias da Silva, 2467 de José Pedro do Nascimento, 2501 de Otacilio Mola Madruga, 2498 de Herd. de Rita Gertrudes, 2470 de Eufrásio Inácio da Silva. — Deferido.

Nº 2483 de F. Galvão & Cia. 2482 de Luiz Pereira dos Santos, 2480 de Oscar Inácio da Silva, 2236 de Clidineu José da Silva, 2434 de João Batista de Paiva, 2393 de Josefa Emidio do Nascimento, 2453 de Tecidos Vicente Soares S.A. — Deferido, pagando o que de direito.

Nº 2402 de Luiz Machado. — Deferido, nos termos do parecer da D.F.

Nºs. 2513 de Isaura Bezerra Cavalcanti, 2540 de Rosalina Maria da Conceição, 2541 de Benedito Joaquim dos Santos, 2564 de João Severino da Silva. Quil-se primeiramente com os cofres Municipais.

Ficam convidados a comparecer à Divisão de Tributação e Cadastro, os senhores Misael Jacome, Agripino Soares, D. Maria do Carmo Alves e Amélia Toscano de Brito.

DECRETO Nº 25, DE 4 DE
MAIO DE 1946:

O Prefeito Municipal de João

Pessoa, usando de faculdade que lhe é concedida pelo Decreto-lei Federal nº 1.202, em seu item I, art. 12.

DECRETA:

Art. 1º — Fica considerado de utilidade pública e para efeito de desapropriação nos termos do art. 5º letra "I" do decreto-lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, o prédio nº 118, sito à Avenida Guedes Pereira o pertencente à Maria Inez T. de Brito.

Art. 2º — A desapropriação objetiva e beneficiamento do trecho da Avenida Guedes Pereira em que está engravado o aludido imóvel.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 4 de maio de 1946.

MANUEL RIBEIRO DE MORAIS — Prefeito.

GENESIO GAMBARRA FILHO — Secretário.

PORTARIA Nº 128 — Em 4/5/1946:

O Prefeito do Município de João Pessoa, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso V, do artigo 12, do decreto-lei federal nº 1.202, de 8 de Abril de 1939,

Resolve conceder a João Pereira de Azevedo, Enfermeiro padrão "G", desta Prefeitura,

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Diretório Municipal de Guarabira

Conforme comunicação do Dr. João de Farias Pimentel Filho, o Diretório Municipal de Geografia de Guarabira, ficou assim constituído:

Dr. João de Farias Pimentel Filho — Presidente.

Sr. João Vieira Maranhão — Secretário.

Dr. Osvaldo Cezar.

Padre Epaminondas de Araujo.

D. Geracina Lins.

Dr. Nunes Filho.

Sr. José Paulo da Silveira.

CORPO DE INFORMANTES

Distrito de Araçagi — Adolfo Meireis.

Distrito de Camarazal — Zacarias Lira.

Distrito de Cuitagi — Emidio Madruga.

Distrito de Tanatuba — Antonio Filgueira.

Distrito de Pirpirituba — Antonio Leopoldo Batista.

Distrito de Contendas — Sebastião Bezerra Bastos.

Devedores Diversos 1.215,00 96.999,00

Soma da Despesa do Dia 97.299,00

Saldo para o dia 29, em caixa .. 100.737,30

198.036,30

Saldo nos Bancos 179.764,80

TOTAL Cr\$ 377.801,10

Montepio do Estado da Paraíba, em 27-4-1946.

VICENTE LOMBARDI — Tesoureiro

Visto: VIRGILIO CORDEIRO — Presidente

Confere: NAPOLEÃO CRISPIM — Contador

sessenta (60) dias de licença do mês em curso.

para tratamento de saúde, de acordo com o laudo médico apresentado, com os vencimentos integrais, a partir do dia 2 de maio de 1946.

Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 4 de Maio de 1946.

MANUEL RIBEIRO DE MORAIS — Prefeito.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA NO MÊS DE 2 DE MAIO DE 1946

R E C E I T A

	Cr\$	Cr\$
Saldo do dia 30 de abril findo		13.445,40
Receita do dia 2 de maio	8.052,10	
Descontos em folha de pagamento, a favor de Instituições de Previdência Social	38.239,60	46.291,70
TOTAL	Cr\$	59.737,10

D E S P E S A

Pago a funcionários aposentados e em disponibilidade, bem como a pensionistas, proventos relativos ao mês de abril findo	9.433,90	9.433,90
Saldo Balanceado		50.303,20
TOTAL	Cr\$	59.737,10

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO:

Em Depósito de Diversas Origens	1.450,10	
A favor de Instituições de Previdência Social	38.949,80	
Saldo Disponível	9.903,30	50.303,20

Tesouraria da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 2 de maio de 1946.

GENTIL FERNANDES — Tesoureiro.

VISTO: — GENESIO GAMBARRA FILHO — Secretário.

Prefeitura de Jatobá

PORTARIA Nº 8

O Prefeito Municipal de Jatobá, usando da atribuição que lhe confere o inciso V, do art. 12, do decreto-lei federal, nº 1.202, de 8 de Abril de 1939, resolve admitir CICERA BARBOSA DE MENEZES, para, como extranumerário mensalista, exercer as funções de agente arrecadador da Vila de Carrapateiras, deste Município.

Prefeitura Municipal de Jatobá, em 1 de Abril de 1946.

JOAQUIM PEREIRA DE MENEZES — Prefeito.

PORTARIA Nº 9

O Prefeito Municipal de Jatobá, usando da atribuição que lhe confere o inciso V, do art. 12, do decreto-lei federal nº 1.202, de 8 de Abril de 1939, resolve admitir MANUEL RIBEIRO DE SOUZA, para, como extranumerário mensalista, exercer as funções de fiscal arrecadador do Povoado de Piranhas Velha, deste município.

Prefeitura Municipal de Jatobá, em 1 de Abril de 1946.

JOAQUIM PEREIRA DE MENEZES — Prefeito.

Prefeitura de Conceição

DECRETO Nº 4

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel denominado "São Geraldo", para a instalação de um "Campo Experimental de Criação".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, nº III, do decreto-lei federal nº 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação, nos termos do decreto-lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, o imóvel denominado "São Geraldo", pertencente ao espólio de Job Rodrigues Ramalho Primo, no suburbio desta cidade, para a instalação de um "Campo Experimental de Criação".

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conceição, em de de 1946; 58.º da Proclamação da Republica.

Coriolano Ramalho Netto — Prefeito.

DIÁRIO DA JUSTIÇA

NOTAS DO FÔRO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E DE PROCLAMAS DE CASAMENTO

No cartório do escrivão Sebastião Bastos, desta Capital, correm proclamas dos contraentes seguintes:

Gutemberg Paiva da Rocha, negociante, maior e Marly Pereira Pires, menor, solteiros naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta Capital, às ruas Aragão e Melo, 142 e General Bento da Gama, 459.

Manuel Macedo de Mendonça, funcionário publico, domiciliado e residente em Mangabeira, suburbio desta Capital, e Maria do Carmo Regis de Brito, domiciliada e residente na cidade de Santa Rita, deste Estado, onde corre a respectiva habilitação, maiores, solteiros e naturais deste Estado. Por copia deprecada.

Oduvaldo de Oliveira Batista, maior, comerciante e Otomires do

Rego. Luna, menor, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta Capital, às ruas Diogo Velho, 29 e 4 de Novembro, 293.

Com proclamas já publicados: José Lopes Machado e Maria Bernadete Rodrigues, Alveir Luiz da Silva e Erolides André Teixeira, Adauto Joaquim Chaves e Leticia Rodrigues de Sousa, José Heitor da Silva e Maria Helena do Nascimento, Miguel Arcanjo da Silva e Maria Eudécia Cardoso.

Nos autos da ação queixa-cum do dr. Horácio de Almeida contra o dr. Luiz de Oliveira Lima, o dr. Climaco Xavier da Cunha, juiz de Direito da 3.ª Vara, desta Capital, em longo despacho, disse afinal: "Em face do exposto, dou por improcedente a exceção de ilegitimidade do denunciante e mando que con-

ele prossigam os demais termos da Silva e outros declarados ação. Designo o dia sete (7) do corrente, às 14 horas, no Palácio da

Justiça, Sala da terceira vara, para a inquirição das testemunhas do que relatado, de vês que o Dr. Promotor não nomeiou testemunhas em sua denuncia. Deixo de designar o dia 6 do corrente para a inquirição por já se achar esse dia tomado para outra inquirição em processo retardado. Intime-se. João Pessoa, 3 de maio de 1946. (ass.) *Climaco Xavier da Cunha*."

Pelo que ficam intimados, desse despacho, o dr. Hermes Pessoa de Oliveira, terceiro promotor publico, o denunciado dr. Luiz de Oliveira Lima, o denunciante, dr. Horácio de Almeida, e os advogados seguintes: — drs. José Mario Porto, Francisco Serafico da Nóbrega, Giacomo Porto, Washington Cavalcanti, Joaquim Costa, Wamberto Costa, Antonio Ribeiro Pessoa, Ivan Oliveira, Guilherme Falcone, Pereira Diniz, Normando Guedes Pereira, Silvio Porto, Evandro Souto, José de Miranda Henriques, Vicente Luna, Severino Al-

no termo de audiência.

João Pessoa, 4 de maio de 1946.
O Escrivão do feito, — *Sebastião Bastos*.

CARTÓRIO DE ORFÃOS E DA FAZENDA ESTADUAL

Movimento de autos do dia 4:
Ao dr. Juiz de Direito da 1.ª vara: Ação de Acidente no Trabalho de José de Matos, contra o Estado da Paraíba.

Ao dr. José de Miranda Henriques: Ação de Acidente no Trabalho de José Lázaro Soares de Souza, contra o Estado da Paraíba.

Aos Devedores Executados:
O abaixo assinado, solicita a fiança do comparecimento ao seu Cartório, nas horas de expediente normal, de todos quantos efetuaram os pagamentos de seus débitos à Fazenda Estadual, sem terem recebido até hoje os comprovantes destes pagamentos.

João Pessoa, 4 de maio de 1946.
O Escrevente autorizado: — *Damasio Franca*.

EDITAIS E AVISOS

REPARTIÇÃO DE SANEAMENTO DE JOÃO PESSOA

AVISO

A REPARTIÇÃO DE SANEAMENTO DE JOÃO PESSOA, avisa ao público que a partir do primeiro dia de MAIO serão recebidas na Tesouraria da Repartição as taxas de água e esgotos relativas aos meses de FEVEREIRO e MARÇO do corrente ano.

Os recibos deverão ser solicitados pelos consumidores, segundo a referência do numero da instalação ou seja o mesmo numero da "pena" constante dos recibos anteriores.

A distribuição dos recibos pelos guichets será feita por aqueles "numeros de instalação" e do seguinte modo:

Guichet n.º 1 — Instalações ns.º.	0.001 a 1.700
" " 2 — "	1.701 " 3.400
" " 3 — "	3.401 " 5.100

A DIRETORIA

CÓPIA — EDITAL 1 DE LEILÃO JUDICIAL. — O Dr. Climaco Xavier da Cunha, Juiz de Direito da 3.ª vara da Comarca desta capital virem em virtude da lei etc: — Faz saber aos quantos o presente edital virem dele noticia tiverem e interessar possa, que no dia 20 (vinte) do corrente, às 14 horas, no Palácio da Justiça, o porteiro dos auditorios ou quem suas vezes fiser, trará a leilão 2 torradores de café de bola, com os seguintes caracteristicos: fogão construido com chapas preta de ferro 1/16 com 1,50 de largura e 2,00 de altura, provido de 2 pontos de lenha e cinzeiro, penhorado por Batista & Cia na ação executiva que move contra Correia & Rodrigues. E para que chegue ao conhecimento de todos mandou

expedir o presente edital o qual será afixado no local de costume e publicado na Imprensa Oficial. Dado e passado, nesta cidade de João Pessoa, aos 3 de maio de 1946. Eu, Enéas Chacon Costa, Escrevente autorizado datilografar. (Ass) Climaco Xavier da Cunha, Juiz da 3.ª vara. Conforme com o original dou fé. — O Escrevão EUNAPIO DA SILVA TORRES.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO JURI. — O Doutor Manoel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª vara da Comarca da Capital do Estado da Paraíba, em virtude da lei etc. — Faz saber, que tendo sido designado o dia 21 do mez de Maio p. vindouro, pelas 13 horas, para funcionar em sua se-

gunda sessão ordinaria deste ano, o Juri da Capital, foi procedido, de acordo com a lei, ao sorteio dos 21 jurados que têm de servir na referida sessão, tendo sido sorteados os seguintes: 1 — Dr. Osório Lopes Abath; 2 — dr. Antonio de Aruda Brainer; 3 — Waldemar Dantas de Aguiar; 4 — dr. Nelson Souto Maior Rosas; 5 — José de Souza Mélo; 6 — dr. Luciano Ribeiro de Moraes; 7 — João Celso Peixoto de Vasconcelos; 8 — Wilson Madruga; 9 — dr. Chileno Coelho de Alvergo; 10 — dr. Vicente Trevas Filho; 11 — Artur Sobreira; 12 — Aristides de Azevedo Cunha; 13 — Prof. Walfredo Rodrigues; 14 — Prof. Arnaldo Emiliano de Barros Moreira; 15 — dr. Osias Nacre Gomes; 16 — Inacio Evaristo Henriques de Almeida; 17 — dr. Alfredo Monteiro; 18 — Orlando de Figueiredo Lima; 19 — Edgar de Moura Faria; 20 — dr. Manoel de Medeiros Coutinho; 21 — dr. Cícero Leite.

Assim, ficam todos intimados a comparecerem á sala do Juri, no edificio do Palácio da Justiça, no dia e hora acima, bem como nos demais dias enquanto durarem os trabalhos da sessão, sob as penas da lei. E para conhecimento de todos, faz publicar o presente edital que será afixado legalmente. Dado e passado nesta cidade

de João Pessoa, aos 30 de abril de 1946. Eu, Carlos Neves da Franca, Escrevão do Juri o escrevi. (a). Manuel Maia de Vasconcelos. — Está conforme com o original. Subcrevo e assino: — Escrevão — CARLOS NEVES DA FRANCA.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO — EDITAL N. 1 — CONCURSO PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO: — De ordem do exmo. des. Presidente do Tribunal de Apelação do Estado e de acordo com o atual regulamento de concurso para o cargo de Juiz de Direito, faço publico, para conhecimento dos interessados que, pelo prazo de trinta dias, a contar da primeira publicação deste achesse aberta na Secretaria deste Tribunal, a inscrição dos candidatos ao concurso para preenchimento do cargo de Juiz de Direito da Comarca de Teixeira, atualmente vaga.

O pedido de inscrição deverá ser encaminhado á Presidencia do Tribunal instruido com as provas abaixo enumeradas:

- a) de ser brasileiro nato;
- b) de não ter menos de 25 nem mais de 50 anos de idade, salvo a hipótese do art 27 § unico da lei de Organização Judiciária;
- c) de ser doutor ou bacharel em direito por Faculdade oficial do País ou reconhecida;
- d) de estar quite com as

obrigações estatuidas em lei para com a segurança nacional;

e) de saúde, por atestação de médicos de Saúde Pública do Estado;

f) folha corrida dos lugares onde residiu nos dois últimos anos, ou prova de exercício efetivo de função pública;

g) De idoneidade moral e capacidade intelectual, por quaisquer documentos, títulos ou trabalhos.

Deverá juntar ainda oito exemplares impressos ou datilografados, de uma dissertação jurídica, escrita pelo candidato especialmente para o concurso.

A prova pratica, para a qual haverá o prazo de cinco horas, será eliminatória, sendo considerados desclassificados os candidatos que obtiverem média inferior a cinco.

No requerimento, indicará o candidato todos os lugares em que houver exercido judicatura, advocacia e quaisquer funções publicas.

Secretaria do Tribunal de Apelação, em João Pessoa, 3 de abril de 1946.

O Secretário — Euripedes Tavares.

SECRETARIA DAS FINANÇAS — PROCURADORIA DO DOMINIO DO ESTADO — EDITAL Nº 1 — Primeira concorrência Pública para venda de cinco (5) toneladas de papel, aproximadamente, sem nenhum valor como documento ao serviço público, existentes no Arquivo Público, com o prazo de quinze (15) dias.

1 — De ordem do sr. Procurador do Dominio do Estado e de acordo com as disposições legais vigentes e nos termos do processado nº 5435/46, faço público, para o conhecimento de quem interessar — possa, que esta Procuradoria receberá, até 17 e 30 horas do dia nove (9) de maio do corrente ano, propostas para compra de cinco (5) toneladas, aproximadamente, de papel, sem nenhum valor como documento ao serviço público, existentes no ARQUIVO PUBLICO, na base minima de quinze centavos Cr\$ 0,15) o quilo.

2 — Os interessados poderão examinar o referido papel na repartição citada.

3 — As propostas deverão ser feitas por escrito, em duas vias, selando-se devidamente a primeira, e com nome, naturalidade, profissão e residencia do concorrente, e apresentadas dentro de envelopes fechados e lacrados, com a nota de "RE-

SERVADA", e o nº do edital, a fim de que as mesmas sejam julgadas pelo Tribunal da Fazenda.

João Pessoa, 24 de abril de 1946 — JOAO TEODOSIO DE SOUZA — Fiscal:

Visto: — Mário Antonio da Gama e Melo — Procurador Geral.

EDITAL — O Dr. Pedro Damiano Peregrino de Albuquerque Juiz Eleitoral da 9.ª zona (Comarca de Alagoa Grande) do Estado da Paraíba. FAZ saber a todos os interessados, por meio deste edital publicado pelo prazo de trinta (30) dias, que o artigo 27 e respectivo paragrafo unico das "Instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, para o alistamento reaberto pelo decreto-lei nº 8.556, de 7 de janeiro do corrente ano e para a substituição dos títulos eleitorais, na forma do mesmo decreto-lei e do decreto-lei nº 8.835, de 24 de janeiro de 1946 dispõe o seguinte: — "Os títulos eleitorais expedidos para as eleições de dezembro de 1945, serão substituídos por títulos definitivos, modelo anexo, sob n. 1, devendo o eleitor requerer a substituição nos termos do artigo 3.º. Nestas Instruções. Paragrafo unico — Os eleitores alistados até 2 de setembro de 1945, que não requererem e obtiverem a substituição de seus títulos pelos novos não poderão votar em quaisquer outras eleições determina o artigo 28 das referidas "Instruções", faz transcrever neste edital o dispositivo do artigo 3.º e seus paragrafos, das mesmas "Instruções", que é do teor seguinte: "Artigo 3.º — Instruirá o alistamento o seu requerimento, cuja letra e assinatura deverão ser reconhecidas por tabelião, com prova de nacionalidade e de idade; b) prova de identidade; c) duas fotografias do alistando, de 2x3 centímetros, uma para ser oposta ao título eleitoral, e a outra destinada ao arquivo. § 1.º — O reconhecimento por tabelião da letra e firma do alistando será gratuito e prefere a qualquer outro serviço, não podendo o tabelião recusar-se a fazê-lo, si abonados por duas testemunhas idoneas que as reconheçam, por escrito, ao pé do mesmo requerimento (Decreto Lei nº 8.556, de 7-1-1946, artigo 5.º). § 2.º — A criterio do Juiz Eleitoral, o tesemunho de duas pessoas idoneas pode suprir o reconhecimento por tabelião de letra e firma do requerente (art. 5.º, paragrafo unico). § 3.º —

A prova de idade e de nacionalidade será feita com: a) certidão de nascimento ou de casamento extraída do registro civil ou certidão de nascimento ou de casamento, extraída do registro civil ou certidão de batismo, quando se ratar de pessoas nascida anteriormente a 1.º de janeiro de 1889, ou, quando a idade, qualquer documento que, direta ou indiretamente, prove ter o requerente mais de 18 anos; b) carteira militar de identidade; c) carteira de identidade expedida por gabinete oficial ou serviço competente de identificação no Distrito Federal, ou órgãos congêneres nos Estados e nos Territórios; d) certificado de reservista de qualquer categoria do Exército, da Armada ou da Aeronautica; e) carteira profissional expedida pelo serviço do Ministerio, Industria e Comercio; f) título eleitoral, expedido na conformidade do Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, da Lei nº 48, de 4 de maio de 1935 (Codigo Eleitoral). § 4.º — Si o requerente for brasileiro naturalizado ou si houver nascido no estrangeiro, tendo o registro do seu nascimento sido lançado no Consulado do Brasil no Exterior, — apresentará prova da sua naturalização, título declaratorio da cidadania, ou certidão do registro de nascimento feito por consul brasileiro, e ainda neste ultimo caso a prova de ter sido observada a exigencia da transcrição de taes assentos no Paiz de 1939, alterado pelo Decreto nº 13.556 de 30 de setembro de 1943). § 5.º — São vedados justificações para suprir qualquer documento referido neste artigo e seus paragrafos. § 6.º — A prova de identidade será feita com a respectiva carteira expedida por gabinete oficial ou, em sua falta, com o atestado de duas pessoas idoneas, a criterio do Juiz eleitoral perante o qual for requerido o alistamento (cltado decreto-lei nº 8.556, de 7-1-1946, art. 3.º, § 2.º). § 7.º — Quando o requerente for funcionario publico, a prova de nacionalidade e de idade poderá fazer-se mediante atestado do diretor da repartição em que servir".

E para os efeitos de direito, em obediencia ao que dispõe o citado artigo 28 das mencionadas "Instruções", manda publicar este edital, pelo prazo de trinta dias, no órgão oficial deste Estado (a "A União"), porque não

existe imprensa nesta Comarca afixando-se copia do mesmo á porta do Cartorio Eleitoral, nesta cidade. Dado e passado nesta cidade de Alagoa Grande, em 18 de março de 1946. Eu, Djalma Lins Caicho, Escrivão do Cartorio Eleitoral desta 9.ª zona eleitoral do Estado da Paraíba, o datilografei e subscrevi. Pedro Damiano Peregrino de Albuquerque — Juiz Eleitoral.

ado, o qual balanço ora exhibe e pode seja junto aos autos, o que foi deferido pelo Juiz, avaliado por vinte e três cruzeiros, digo, vinte e três mil trezentos e noventa e seis cruzeiros e cinquenta centavos; — Semoventes — Duas vacas paridas, creólas, avaliadas uma azul por mil e seiscentos cruzeiros e a outra por mil cruzeiros, ambas por dois mil e seiscentos cruzeiros; Cinco vacas solteiras, avaliadas a seiscentos cruzeiros, cada uma e todas por três mil cruzeiros; Seis novilhões avaliadas a quinhentos cruzeiros cada uma e todas por três mil cruzeiros; Um novilhote, avaliado por quinhentos cruzeiros; Quatro garrotas, avaliadas a duzentos cruzeiros cada uma e todas por oitocentos cruzeiros; Vinte e duas ovelhas, avaliadas a trinta cruzeiros cada uma e todas por seiscentos e sessenta cruzeiros; Cinco carneiros, avaliados a trinta cruzeiros cada um e todos por cento e cinquenta cruzeiros; Dez marras de ovelhas, avaliadas a trinta cruzeiros cada uma e todas por trezentos cruzeiros; Uma burra velha, avaliada por quinhentos cruzeiros e quatro bezerros, avaliados a duzentos cruzeiros cada um e todos por oitocentos cruzeiros. Bens estes que vai a hasta publica para pagamento dos impostos, custas e dividas no inventario dos bens deixados pelo "falecido Manoel Fernandes Pinheiro". E para que chegue ao conhecimento de todos ordenei que se passasse o presente edital que será afixado ao local do costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Monteiro, aos vinte e sete dias do mês de abril de 1946. Eu, Juventino Vieira dos Santos, Escrevente autorizado, o datilografei e subscrevo. (a) João Batista de Souza. Conferido está conforme ao original; dou fé. Data supra. — O Escrevente JUVENTINO VIEIRA DOS SANTOS.

BANCO DO ESTADO DA PARAIBA S. A

RUA MACIEL PINHEIRO, 252 — END. TELEGRÁFICO FELIPÉIA — CAIXA POSTAL, 84 — JOÃO PESSOA

CARTA PATENTE Nº 926 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1930

DIRETORIA: JOSE' DE QUEIROZ BATISTA — Presidente — JOSE' MARTINS RIBEIRO — 1.º Sec. — LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS — 2.º Sec.

Capital subscrito e realizado Cr\$ 4.000.000,00

BALANCETE EM 30 DE ABRIL DE 1946

A T I V O		P A S S I V O	
A — DISPONIVEL		F — NÃO EXIGIVEL	
CAIXA		Capital	
Em moeda corrente	1.089.252,80	Aumento do capital	1.500.000,00
Em depósito no Banco do Brasil	4.715.541,40	Fundo de reserva legal	2.500.000,00
Em depósito á ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito	833.596,80	Outras reservas	4.000.000,00
	6.638.391,00		850.000,00
			323.194,90
			5.173.194,90
B — REALIZAVEL		G — EXIGIVEL	
Empréstimos em c/correntes	7.059.448,50	DEPÓSITOS	
Títulos descontados	13.161.785,70	A vista e a curto prazo:	
Correspondentes no país	2.353.081,40	De poderes publicos	3.333.322,00
Outros créditos	823.804,60	Em c/c sem limite	3.962.900,80
Imóveis	23.398.120,20	Em c/c limitadas	3.100.284,90
Títulos e valores mobiliários:	97.355,70	Em c/c populares	2.904.592,70
Apólices e obrigações federais	40.067,80	Em c/c sem juros	293.171,60
Ações e debenturas	983.399,40		13.594.272,00
Outros valores	1.023.467,20	A prazo:	
	1.474.022,00	A prazo fixo	5.241.497,40
	25.992.965,10	De aviso prévio	404.475,30
		Outros depósitos	14.361,00
			5.660.333,70
C — IMOBILIZADO		OUTRAS RESPONSABILIDADES	
Movéis e utensílios	91.533,90	Títulos redescatados	2.355.440,00
Material de expediente	51.042,40	Obrigações diversas	2.005.138,60
	142.576,30	Correspondentes no país	670.068,40
		Ordens de pagamento	2.559.316,10
		Dividendos a pagar	88.748,50
D — RESULTADOS PENDENTES		H — RESULTADOS PENDENTES	
Juros e descontos	56.544,20	Contas de resultados	7.678.711,60
Impostos	10.231,90		26.933.317,30
Despesas gerais	277.748,60		1.011.944,90
	344.524,70		
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO		I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
Valores em garantia	6.747.867,00	Depositantes de valores em garantia e em cus-	
Valores em custódia	5.269.583,50	todia	12.017.450,50
Títulos a receber de conta alheia	10.454.404,00	Depositantes de títulos em cobrança no país ..	10.454.404,00
Outras contas	238.000,00	Outras contas	238.000,00
	22.709.854,50		22.709.854,50
	Cr\$		Cr\$
	55.828.311,60		55.828.311,60

João Pessoa, 30 de abril de 1946.

JOSE' DE QUEIROZ BATISTA — Diretor-Presidente

J. B. MATA — Contador
Reg. 16125